

Caminhos para a Bioeconomia

Uma contribuição para a Iniciativa do G20

Maio | 2024

RESUMO | CONTEXTO

- O Brasil busca liderar a agenda global de bioeconomia, criando a **Iniciativa de Bioeconomia do G20**. O país considera o tema uma oportunidade para o **desenvolvimento inclusivo e sustentável**, com potencial de gerar empregos, ampliar a produtividade e **valorizar a conservação** e a **restauração dos biomas**.
- A **Iniciativa de Bioeconomia do G20** tem a expectativa de alinhar princípios de alto nível em bioeconomia globalmente.
- A Iniciativa tem o **apoio de 19 organizações** que promoveram evento de lançamento do estudo **“A Bioeconomia Global – Levantamento Preliminar das Estratégias e Práticas do G20”**.
- A **bioeconomia** está **representada** também em outras áreas do G20, como na **Força-Tarefa de Mobilização Global contra a Mudança do Clima** e no **Grupo de Trabalho Finanças Sustentáveis**, chamando a atenção para a urgência da necessidade de incluir temas de natureza e clima nas discussões financeiras globais.
- Para avançar no tema, os países-membros do bloco também devem **buscar harmonização da legislação internacional, promover desenvolvimento tecnológico**, além de implementar **incentivos fiscais, tributários e para o investimento privado**.
- Há uma pluralidade de percepções e conceitos de bioeconomia, variando de acordo com os países. É preciso **buscar convergências**, mas entendemos que a bioeconomia **deve ter impacto positivo para o clima, a natureza e as pessoas**.
- **A sociedade deve participar ativamente** da construção de soluções. Isso requer políticas públicas transparentes e participativas, além de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e capacitação.
- **A equidade é essencial** – entre os países ricos e os que são ricos em natureza, mas enfrentam desafios de estrutura e de orçamento; e no nível intranacional ou subnacional, engajando comunidades locais. Considerando as diferentes realidades e capacidades, é **necessário criar regras e incentivos que garantam a redistribuição justa** de recursos e benefícios, especialmente para povos tradicionais, quilombolas, indígenas e pequenos produtores.
- É **preciso desenvolver métricas específicas e factíveis** para avaliar a qualidade e a equidade na bioeconomia, além de integrar regulação ambiental e padrões econômicos para avançar nas finanças climáticas.

- Também é importante destacar que nem toda bioeconomia é positiva. À medida que as populações globais crescem e os recursos naturais se tornam cada vez mais escassos, a equidade precisa ser parte integrante da garantia do crescimento sustentável. Isso engloba acesso e oportunidades, inclusão, distribuição justa de benefícios e justiça ambiental e social. Sem equidade, a expansão da bioeconomia corre o risco de beneficiar algumas populações em detrimento de outras, fortalecendo padrões convencionais de

crescimento econômico e reforçando as desigualdades existentes e a perda de biodiversidade. Por isso, a importância de recompensar os guardiões da natureza, especialmente os povos indígenas e comunidades tradicionais.

- O **financiamento efetivo** da bioeconomia é **crucial** para o desenvolvimento sustentável. Isso engloba a **necessidade de inovação financeira e cooperação** entre diferentes setores – indústria, serviços, academia e mercados.

PRÓXIMOS PASSOS

A **COP da Biodiversidade (COP16)**, que será realizada em Cali (Colômbia) em outubro, e **outras reuniões internacionais** são **oportunidades** para integrar a bioeconomia com as agendas climáticas e de conservação da biodiversidade, buscando alinhar também os mercados financeiros. O tema será levado até a COP30, em Belém, em 2025;

Princípios de Alto Nível (HLP, na sigla em inglês): importante estabelecer princípios de alto nível engajadores para **orientar a agenda global** da bioeconomia. Eles devem incluir a promoção de atividades econômicas positivas para a natureza, o clima e as pessoas, orientando os países na construção de planos de ação. Entre os possíveis temas a serem incluídos estão a mensuração da bioeconomia, o papel da bioeconomia na transição para a economia sustentável, atividade econômica ligada a clima (adaptação, mitigação e baixo carbono) e economia circular.

Financiamento da bioeconomia: em setembro, às vésperas da quarta reunião da Iniciativa de Bioeconomia do G20, **organizações da sociedade civil vão lançar um estudo** sobre financiamento da bioeconomia.

NÚMEROS

**US\$
4 trilhões**

É o valor total estimado da bioeconomia¹



**US\$
30 trilhões**

É o valor que a bioeconomia pode chegar até 2050²



**19
organizações da
sociedade civil,**
entre elas do setor privado,
da academia e ONGs, têm
atuado apoiando a Iniciativa
de Bioeconomia do G20



1. Relatório "State of the Global Bioeconomy" do Fórum Mundial de Bioeconomia
2. Estudo do Henderson Institute (BHI), do Boston Consulting Group

ESTUDO REÚNE EXPERIÊNCIAS DE PAÍSES DO G20 EM BIOECONOMIA

Relatório apoiado por 19 organizações foi lançado durante evento em Brasília

O estudo **“A Bioeconomia Global – Levantamento Preliminar das Estratégias e Práticas do G20”** foi lançado no dia 6 de maio durante evento realizado em Brasília, que reuniu 87 pessoas no formato presencial e o acompanhamento remoto de outras 54, representando governos, academia, organizações da sociedade civil e instituições financeiras.

O encontro foi promovido por 19 organizações que apoiam a Iniciativa de Bioeconomia do G20. Essa iniciativa inédita do Brasil durante a presidência do bloco das maiores economias do mundo tem o objetivo de colocar o tema no centro da arquitetura financeira e econômica global. O país detém a liderança rotativa do G20 até novembro, quando passa o bastão para a África do Sul, fazendo a transição para a COP30, em Belém.

O levantamento, realizado pela NatureFinance e pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGV), reúne experiências dos países-membros do bloco sobre as distintas visões da bioeconomia. Traz formas de promovê-la em diferentes cenários, mostrando exemplos de como beneficiar os países ricos em natureza e permitir a valoração econômica dos serviços ecossistêmicos.

De acordo com o estudo, embora os membros do G20 tenham prioridades e estratégias diversas, há convergências, entre elas a de que a bioeconomia deve ter impacto positivo para o clima, a natureza e as pessoas. A análise preliminar indica que as abordagens dos países do bloco estão alinhadas em três temas:

1. biotecnologia (pesquisa, desenvolvimento e inovação);
2. biorecursos (uso sustentável da biodiversidade) e
3. bioecologia (desenvolvimento sustentável de forma mais ampla).

Foram identificados cinco temas-chave que podem servir de base para um programa de trabalho da Iniciativa de Bioeconomia do G20:

1. integração nos planos de crescimento econômico, industrial e verde,
2. subsistência, equidade e oportunidades
3. financiamento que possibilita a bioeconomia,
4. facilitação do biocomércio, e
5. métricas da bioeconomia.

A íntegra do estudo está disponível (em inglês e português) em <https://www.naturefinance.net/pt-br/resources-tools/global-bioeconomy-g20-sto-cktake/>.

O Grupo de Apoio à Iniciativa de Bioeconomia do G20 inclui:

Uma Concertação pela Amazônia; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); Instituto Arapyaú; Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ); CDP América Latina; Climate Policy Initiative (CPI); Fundação Dom Cabral (FDC); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Instituto Igarapé; Insper Agro Global; Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal; Natura & Co; NatureFinance; Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Instituto Clima e Sociedade (iCS); The Nature Conservancy Brasil (TNC).

OS PAINÉIS DO EVENTO

1 Sobre a Iniciativa de Bioeconomia do G20

Moderador: André Guimarães, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Rodrigo Rollemberg, secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

“Se efetivamente quisermos transformar a bioeconomia, precisamos pensar de forma mais estratégica envolvendo todos os atores. Temos que liderar alguma iniciativa que seja um acordo vinculante obrigatório pelo serviço ecossistêmico que a floresta presta. Se a floresta derrubada traz prejuízo global, ela em pé oferece vários serviços ecossistêmicos, do tipo carbono – que nem é o maior –, e isso deve ser remunerado. É o grande momento de discutir isso no G20 e levar para a COP em Belém.”

Cristina Reis, subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável, do Ministério da Fazenda

“O Ministério da Fazenda elegeu a bioeconomia como um dos eixos do Plano de Transformação Ecológica, que vai guiar transformações na cultura, nas finanças e na tecnologia do país. (...) Nesse contexto, incentivar a bioeconomia é uma oportunidade de gerar emprego e ampliar produtividade. Precisamos valorar atividades econômicas para além do custo de produção e trazer dimensões intangíveis, do tipo conservação e restauração dos biomas, hoje ainda consideradas intangíveis.”

Leandro Pedron, diretor do Departamento de Programas Temático, DEPTE do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

“Não podemos entender a bioeconomia só como desenvolvimento de economia. Ela tem que ser justa e equitativa, de retorno, [tem de incluir] como agregar valor e resolver o problema da comunidade local. (...) Um dos maiores legados que o Brasil pode deixar no G20 é como vamos trabalhar para que isso de fato leve ao desenvolvimento sustentável, e a bioeconomia seja uma oportunidade, trazendo convergência e sinergia dos participantes.”

2 A Bioeconomia Global - Levantamento Preliminar das Estratégias e Práticas do G20

Moderadora: Luana Maia, gerente sênior da NatureFinance

Annelise Vendramini, coordenadora de pesquisa em finanças sustentáveis do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV

“Em termos gerais, a bioeconomia tem grande pano de fundo de construir sistemas econômicos, e, dentro dos sistemas, subsistemas econômicos, comércio de produto sustentável, comércio de produto de energia, conversão do recurso biológico em diferentes materiais (químico, energia). Isso dá dimensão realmente econômica da exploração dos recursos biológicos e naturais. A importância econômica dos recursos naturais já está patente para muita gente e regiões do mundo. Países ricos em tecnologia vão olhar bioinovação, pesquisa e desenvolvimento para recurso biológico. Já países ricos em natureza vão trazer mais preocupações ligadas a bioeconomia de conhecimento, e trazem para a mesa desafios sociais e culturais. Bioeconomia procura trazer para uma discussão econômica mais organizada o papel dos recursos biológicos e naturais. O lugar das pessoas e da cultura neste pensar da bioeconomia.”

Simon Zadek, co-CEO da NatureFinance

“Precisamos garantir que todos os países, e não só Brasil, possam pensar nas maneiras que a bioeconomia pode contribuir para resolver desafios socioambientais. (...) O G20 pode amplificar, acelerar e forçar maior coesão, menos fragmentação, encorajar os países a desenvolverem suas estratégias. Podemos fazer alguma coisa neste mandato da presidência brasileira, mas para chegarmos a um ótimo resultado levaremos anos. É importante que essa iniciativa seja liderada pelo Brasil, mas que não se trate somente do Brasil. É importante que seja relevante para todos os países. Precisa ser relevante para uma comunidade muito maior.”

3 Os pontos de vista sobre bioeconomia

Moderador: Frederico Machado, gerente de Uso da Terra, Sistemas Alimentares e Agricultura Sustentável do Instituto Clima e Sociedade (ICS)

Juliana Lopes, diretora de Natureza e Sociedade do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)

“Se a gente espera que as instituições financeiras financiem a bioeconomia, precisamos evidenciar o risco atrelado à natureza. Hoje estamos focando na questão de reporte, o CEBDS fez um trabalho amplo de preparar as empresas para desenvolverem habilidade de reportar impacto e dependências em relação à natureza, usando o framework da TNFD (Taskforce on Nature-related Financial Disclosure). E temos trabalhado para apoiar as empresas na tomada de decisão e transformar modelos de negócio, alcançando economia neutra em carbono.”

Juliana Simões, líder da Força-Tarefa de Bioeconomia na Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; e gerente-adjunta de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais em The Nature Conservancy Brasil (TNC)

“Precisamos criar capacidade na Amazônia para mais pessoas com mestrado e doutorado, olhando para a biodiversidade. É importante olhar o que já se tem e criar centros irradiadores das inovações em tecnologia para melhorar as cadeias locais, valor local e conhecimento para que a gente tenha uma economia mais equitativa.”

Beatriz Secaf, gerente de Sustentabilidade da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

“Não há uma visão consensual entre países e setores, não tem definição formal de bioeconomia. Mas quando discutimos desenvolvimento sustentável, finanças sustentáveis e como direcionar recursos para projetos com benefícios ambiental-climático-social, precisamos necessariamente falar de bioeconomia. (...) De forma geral, o tema é transversal em um conjunto de políticas, e uma delas é a política de responsabilidade ambiental, climática e social exigida pelo Banco Central. Todas as instituições financeiras precisam indicar como as questões ambientais e climáticas são consideradas nos negócios.”

Camila de Sá, pesquisadora sênior no Centro de Agronegócio Global, do INSPER

“Temos condição de liderar a agenda em direção à bioeconomia, articulando com outros países para que o custo de oportunidade seja tal que compense o investimento em outras produções, além da cana e soja. Em Mato Grosso, por exemplo, já há plantação de tipos de feijão, grão de bico e outras leguminosas demandadas pela Índia. Através da cooperação, podemos endereçar a demanda e criar plano de assistência técnica e conhecimento para o produtor.”

4

A visão dos representantes de embaixadas/países sobre a bioeconomia

Moderadora: Melina Risso, diretora de Pesquisa do Instituto Igarapé

Marcelo Morandi, pesquisador e chefe da Assessoria de Relações Internacionais da Embrapa

“O desafio é construir uma estrutura, um framework, e, a partir disso, as negociações vão acontecer e teremos mais claro onde vamos trabalhar comércio justo, transição justa e como não cair na armadilha de a bioeconomia ser só modelo predatório onde alguns vão enriquecer mais e outros vão empobrecer mais. Se a gente conseguir construir primeiro um desenho, conseguiremos dar passo gigantesco.”

Tatiana Schor, chefe da Unidade Amazônia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

“Temos dois desafios – os princípios de alto nível (HLP) e uma agenda que faça sentido em todos os países do mundo, muito distintos entre si. É preciso descer em diferentes escalas, tem que fazer sentido para os bancos multilaterais, governos subnacionais, ONGs. Temos princípios que nos dão pilares da agenda: atividade econômica positiva na natureza, clima e pessoas. Não precisamos definir como cada país tem sua agenda, mas precisamos definir que essas três coisas vêm juntas: natureza, clima e pessoas. E uma área transversal, que é a economia circular.”

Jukka Kantola, fundador e CEO do Fórum Mundial de Bioeconomia

“Um tópico importante é a economia circular, como utilizar matéria-prima e recursos não só uma vez. Como fazer com que o recurso possa ser circularizado e incorporado nos princípios finais? Não podemos exaurir recursos escassos embora em algumas áreas tenhamos recursos abundantes. Poderíamos ser mais sofisticados em termos de circularidade. Podemos fazer uso em cascata, processar matéria-prima e depois fazer uso inteligente do recurso. O outro tópico seria sobre a métrica. Como medir a bioeconomia, porque o que é medido é executado.”

Laurent Javaudin, conselheiro para o clima e saúde da Embaixada da União Europeia

“Para quantificar o impacto da bioeconomia é preciso uma abordagem de ciclo de vida do produto, analisar escalabilidade da tecnologia, riscos ligados à propriedade intelectual, incluindo conhecimento da comunidade indígena. Ainda há o risco de greenwashing e a importância de pensar bioeconomia em toda sua complexidade, com a lente do CAPEX (aquisição de ativos e capital para ampliação).”

Alka Sharma, cientista e conselheira sênior do governo da Índia e representante da Índia na Iniciativa de Bioeconomia do G20 (GIB)

“A biomanufatura pode fornecer alternativas para ampliação da equidade e possibilidade para toda a região. E, inclusive, pode melhorar a economia circular. Outro ponto é o setor de biocombustíveis, que pode ser beneficiado pelo avanço da bioeconomia e, mais consolidado, abrir caminho par novas políticas e progresso tecnológico.”

5 Encerramento

Moderador: Marcelo Furtado, diretor da NatureFinance e head de Sustentabilidade da Itaúsa

André Corrêa do Lago, embaixador, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores

“A diversidade já foi considerada uma ameaça ao futuro no Brasil, mas hoje é um ativo muito valorizado pelo mundo, que olha cada vez mais para a bioeconomia. Além disso, a ciência nos mostrou que não adianta achar que vamos encontrar todas as soluções nos mantendo dentro dos limites da Convenção do Clima (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima). Podemos fazer mais porque nos demos conta que a questão financeira é central e precisa virar mainstream.”

Carina Pimenta, secretária Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

“A Iniciativa de Bioeconomia do G20 dialoga de forma importante com a bioeconomia de transição, sobretudo no tema dos pagamentos por serviços ecossistêmicos. O desafio é não olhar para um ou outro setor, mas sim para o que e como fazer em cada um deles. Estamos falando de restauração, conservação, biotecnologia aplicada a diferentes indústrias. Sem estratégia mais inovadora e reconhecimento de valores atrelados a negócios nessas áreas vai ser difícil fazer gancho tecnológico e valoração.”

Tatiana Rosito, embaixadora, secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda

“No contexto do Plano de Transformação Ecológica, estamos em um momento em que não se pretende ter uma bala de prata, mas sim buscar consensos e trabalhar gradualmente na construção de medidas em várias áreas como finanças sustentáveis e economia circular. Também há a questão da transição justa e o papel da regulação climática, que levanta questão dos bancos centrais e canalização de recursos. Estamos explorando novas formas de financiar soluções baseadas na natureza, estudar caso relevante de setores de países que possam jogar luz sobre mecanismo de compartilhamento de risco – como a blended finance.”

UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA

